

**ACTA**

Aos cinco dias do mês de Maio do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereadora Luísa Oliveira – Quis saber se está a ser feita alguma articulação entre a programação prevista para o evento Capital Europeia da Cultura 2012 no sentido de diminuir o tráfego automóvel no centro da cidade e, se irá ser elaborado um plano de mobilidade urbana assente em transportes públicos. Referiu ainda saber dos esforços da Câmara Municipal para conseguir a abertura de um parque de estacionamento, previsto para o triângulo formado pelas Ruas Gil Vicente, Paio Galvão e Santo António, que no entender da vereação do PSD não será suficiente para um ano excepcional, onde se prevê a afluência de público, vindo de todos os pontos do concelho e de outros vizinhos, sendo aconselhável, por isso, que se comece, desde já, a equacionar a existência de parques de estacionamento perto das principais entradas da cidade a partir dos quais os visitantes se possam deslocar em transportes públicos. **2 – Vereador José Manuel Torcato**

Ribeiro – a) – Solicitou a eliminação de uma barreira existente no acesso entre a Rua Gravador Molarinho e a Rua da Rainha D. Maria II; **b)** – Manifestou-se esperançado que os equipamentos que estão a ser construídos no âmbito da Capital Europeia da Cultura contemplem já a eficiência energética, realçando que se verifica uma ausência dessa preocupação em algumas infra-estruturas municipais. **3 – Vereador André Coelho Lima** – Na sequência de uma visita realizada às instalações da CASFIG, EEM deu nota da excelente organização conseguida com uma exígua força laboral de apenas 15 pessoas, de que se destacam os resultados na vertente social, no acompanhamento da vida dos moradores do parque habitacional gerido pela CASFIG, não se limitando aquela empresa municipal a gerir os imóveis. A propósito deste tema, questionou o Presidente da Câmara acerca da visão da Câmara Municipal sobre a passagem dos edifícios de habitação social do concelho de Guimarães, que são propriedade do Estado, estando a ser geridos pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), para a propriedade do Município de Guimarães, podendo, dessa forma, ser geridos pela CASFIG, empresa municipal que tem a seu cargo esta gestão, considerando que esta alteração é absolutamente desejável para Guimarães. Continuou, referindo que tal permitia, por um lado, uma melhor organização do parque habitacional social do concelho de Guimarães, que passaria assim a ser gerido por uma só entidade, podendo as políticas ser mais direccionadas e incisivas e, por outro lado, assegurar um tratamento e acompanhamento de proximidade a todo o parque habitacional, evitando a duplicação de funções em empresas municipais, pois o acompanhamento dos moradores dos bairros geridos pela CASFIG é efectuado pelos serviços sociais da CASFIG, e o acompanhamento dos moradores



dos bairros geridos pelo IHRU é efectuado pelos serviços da FRATERNA, assegurando também maior concentração de meios humanos e de políticas direccionadas para esta população. **4 – Vereadora Alexandra Gesta** – Referiu uma reunião realizada no dia de ontem, subordinada ao tema “Redes Temáticas de Cidades UCCLA – Protecção e Valorização dos Centros Históricos” em que estiveram presentes a Câmara Municipal de Guimarães, o Conselho Municipal de Maputo, a Câmara Municipal de Ribeira Grande de Santiago, a Câmara Municipal de Sintra, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais de Macau e a UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa. De seguida, deu conhecimento da proposta da cidade-guia intitulada “A Minha Rua”, bem como do trabalho que, neste âmbito, iniciou com o Agrupamento de Escolas Fernando Távora, acrescentando que a cidade-guia estudará a criação de uma plataforma de partilha de informação e de monitorização em tempo real das actividades em curso no âmbito da Rede e do projecto “A Minha Rua”. **5 – Vereadora Francisca Abreu** – Disse que a Câmara Municipal de Guimarães e a Fundação Cidade de Guimarães apresentaram aos responsáveis da União Europeia o ponto de situação do projecto “Guimarães 2012” – Capital Europeia da Cultura, adiantando que o painel de especialistas presentes no encontro foi unânime em atribuir uma importância elevada ao projecto pelos impactos e benefícios que vai gerar para a cidade. Acrescentou que, após tomar conhecimento dos projectos materiais e imateriais, os participantes tiveram a oportunidade de conferir que o projecto corresponde ao principal requisito exigido para a organização deste evento, garantindo uma coerência na abordagem aos conceitos de “cidade, cidadãos e dimensão europeia. **6 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções, esclareceu: **a)**

– Sobre a informação da Vereadora Francisca Abreu, acrescentou que alguns membros do painel de acompanhamento têm pouco conhecimento da realidade do país, assinalando que foi necessário dar conta da capacidade e das competências existentes em Guimarães relacionadas com a organização de grandes eventos, como o EURO 2004 ou a Cimeira dos Ministros do Trabalho e da Segurança Social da União Europeia, em 2007; **b)** - Sobre a intervenção da Vereadora Alexandra Gesta, disse que a UCCLA, que estava agora com maior dinamismo, reconhece Guimarães como a cidade central para a promoção do projecto de protecção e valorização dos Centros Históricos; **c)** - Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima, recordou o sucedido ao tempo do Governo de 2002 no que respeita aos prédios do IHRU, em que, na sequência da proposta do Governo, a Câmara informou não poder assumir a gestão deste parque habitacional se não fosse promovida a respectiva recuperação. Concluiu, referindo que se o Governo fizer uma proposta nesse sentido, a Câmara Municipal estará disponível para assumir a administração destes empreendimentos, concordando que a CASFIG, com reforço de pessoal, estaria preparada para assegurar uma gestão responsável como a experiência que, entretanto, adquiriu; **d)** - Sobre a intervenção do Vereador José Manuel Torcato Ribeiro aludiu ao projecto que a Autarquia está a desenvolver junto de algumas escolas EB1 onde foram instalados painéis solares, revelando que a racionalização do consumo energético vai estender-se à iluminação das vias públicas em Guimarães; **e)** - Sobre a intervenção da Vereadora Luísa Oliveira, disse que o projecto relativo ao parque de estacionamento previsto para o triângulo formado pelas Ruas Gil Vicente, Paio Galvão e Santo António tinha dificuldades associadas, estando, todavia, a ser trabalhado. Disse,



ainda, que pelo menos um parque de estacionamento provisório ficará pronto a tempo de acolher o evento CEC 2012. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS ARQUITECTÓNICAS

– Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos do disposto nos artigos 17.º e 18.º do Capítulo III do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

VOTO DE PESAR – FILOMENA DE OLIVEIRA BRAGANÇA –

Presente a seguinte proposta: “Na passada semana faleceu Filomena de Oliveira Bragança, mãe do Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Domingos Bragança e cidadã municipal residente na freguesia de Pinheiro. Neste momento de pesar, proponho que a Câmara Municipal transmita à sua família e, em particular, ao nosso colega, as suas mais sentidas condolências”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Vereador Domingos Bragança não participou na votação. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Disse que o jardim existente no Largo da Mumadona, na confluência com as Ruas D. Nuno Álvares Pereira e a Rua Serpa Pinto, vai ser remodelado, pelo que algumas árvores de grande porte, já

bastante velhas, serão abatidas para que seja possível transplantar para aquele espaço camélias existentes na Alameda de S. Dâmaso. **2** – Disse não se ter ainda verificado o “*exercício do direito de resposta e de rectificação*” solicitado pela Câmara Municipal de Guimarães a propósito da emissão do comentário semanal do Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, integrado no Jornal Nacional de 10 de Abril de 2011, onde foi referido que, no âmbito da requalificação urbanística da Praça do Toural, seria removida (sem reposição) a denominada “calçada à portuguesa”; **3** – De uma informação dos Serviços de Turismo relativa à afluência de visitantes na época da Páscoa, registando-se um aumento de 20,4% na afluência aos Postos de Turismo, bem como uma significativa diminuição de visitantes espanhóis, compensada com o aumento de visitantes nacionais. -----

----- **INFORMAÇÃO** -----

O Vereador Domingos Bragança esclareceu duas questões que foram levantadas na última sessão da Assembleia Municipal: **1** - Quanto à certificação das contas referentes a 2010 pelo auditor externo, disse que este profissional está a prestar serviços à Autarquia por contratação feita por um período de quatro anos, sendo o seu papel independente do exercício de mandatos, dando então, cumprimento à Lei das Finanças Locais, tendo a respectiva prestação de serviços seguido as regras da contratação pública. Disse, ainda que aquele profissional entende que o Relatório de verificação das contas do Município deve ser enviado directamente ao órgão fiscalizador municipal, a Assembleia Municipal. **2** – Quanto ao aumento de capital na Sociedade AVEPARK registado em Abril, esclareceu que respeitava a uma operação realizada no ano de 2010. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

**----- INFORMAÇÕES -----**

1 - Da seguinte informação dos Serviços de Educação: "Levantamento dos encargos com os transportes escolares - Ano lectivo 2010/2011 - Conforme solicitado superiormente e à semelhança de anos transactos, procedeu-se à elaboração do processo de levantamento dos encargos com os transportes escolares dos alunos matriculados nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no do ensino secundário. De acordo com os mapas em anexo, no ano lectivo 2010/2011 foram transportados um total de 8.305 alunos, dos quais 299 dizem respeito ao 1.º ciclo do ensino básico. O custo anual da rede foi de €2.935.399,86, sendo a comparticipação dos alunos do ensino secundário no montante de €307.325,07. Comparativamente com os resultados do levantamento de encargos efectuado no ano lectivo anterior, verificou-se: uma diminuição de 8,9% no número de alunos transportados em carreira pública (9.236 em 2009/2010), do 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário; um aumento de 56,18% do número de alunos do 1.º ciclo (168 em 2009/2010), em resultado do reordenamento da rede escolar. À consideração superior." Os referidos mapas dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **2** - Do relatório anual do Revisores Oficial de Contas sobre a fiscalização efectuada ao exercício do Município de Guimarães findo em 31 de Dezembro de 2010, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; **3** - Do ofício de Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A. remetendo, para efeitos do disposto nos art.º 34.º e 28.º, alínea e) da Lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro, informação sobre a situação económica e financeira do período findo em 31 de Dezembro de 2010 da VIMÁGUA - Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, E.I.M., S.A., que se dá

aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 2011. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. Absteve-se a Vereadora Francisca Abreu por não ter estado presente na reunião. -----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 21 DE ABRIL DE 2011. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. Absteve-se a Vereadora Francisca Abreu por não ter estado presente na reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS – RECONVERSÃO DA EB1/JI DO MOSTEIRO S. TORCATO PARA CENTRO ESCOLAR – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – Presente, para aprovação, a minuta do contrato de empreitada da obra em epígrafe, adjudicada por deliberação de Câmara de 7 de Abril de 2011 a “Costeira Empreiteiros – Sociedade de Construções, S.A.”, pelo valor de €2.098.575,90 (dois milhões noventa e oito mil quinhentos e setenta e cinco euros e noventa cêntimos) + IVA. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DO PAVILHÃO DO INATEL – ERROS E OMISSÕES – Presente a seguinte proposta



do Vereador Domingos Bragança: "Por despacho do Presidente da Câmara, datado de 18 de Abril de 2011, exarado na informação que se anexa, foi aprovada a lista de erros e omissões aceites respeitante ao procedimento de "Requalificação do Pavilhão do INATEL". De acordo com o estabelecido no n.º 5 do art. 61º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, a lista de erros e omissões deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal. Contudo, verificando-se incompatibilidades entre os prazos estabelecidos por aquele diploma legal para a disponibilização da lista de erros e omissões aceites e a periodicidade das reuniões de câmara, o Sr. Presidente aprovou a respectiva lista. Submete-se pois, a ratificação do executivo camarário o despacho do Presidente da Câmara de 18 de Abril de 2011." A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexo ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA ZONA DE COUROS – CAMPURBIS – ERROS E OMISSÕES –

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "Por despacho do Presidente da Câmara de 18 de Abril de 2011, exarado na informação que se anexa, foram aprovadas as listas de erros e omissões aceites respeitante ao procedimento do "Requalificação do Espaço Público na Zona de Couros – Campurbis". De acordo com o estabelecido no n.º 5 do art. 61º do Decreto Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, as listas de erros e omissões deveriam ter sido aprovadas pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal. Contudo, verificando-se incompatibilidades entre os prazos

estabelecidos por aquele diploma legal para a disponibilização das listas de erros e omissões aceites e a periodicidade das reuniões de câmara, o Sr. Presidente aprovou as respectivas listas. Submete-se pois, a ratificação do executivo camarário o despacho do Sr. Presidente da Câmara de 18 de Abril de 2011.” A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE SOUTO S. SALVADOR – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO

– Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 23 de Abril de 2009, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Souto S. Salvador a execução das obras designadas por “Alargamento da Estrada Municipal e construção de muro na E.N. 309”, pelo valor de 13.471,82€. A Junta de Freguesia de Souto S. Salvador vem agora informar a Câmara que, devido a dificuldades na cedência de terreno por parte do proprietário, não foi possível executar a obra em 2009, pelo que, estando já ultrapassada esta questão, pretende dar início à execução dos trabalhos. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário autorização para que a Junta de Freguesia de Souto S. Salvador possa executar a obra protocolada este ano e que seja transferida para o corrente ano de 2011 a verba de 13.471,82€, necessária à execução dos trabalhos.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DE OBRAS

– Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A



Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 23 de Abril de 2009, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos a execução da obra de "Reabilitação do Centro Cívico da Freguesia (espaço envolvente ao edifício sede da Junta de Freguesia)", pelo valor de 34.456,31€, verba esta paga à Junta de Freguesia, através do auto de medição n.º 1, elaborado pelos Serviços do Departamento de Obras Municipais. Entretanto, e como a verba atribuída se tornou insuficiente, atendendo a que a obra compreendia o arranjo do espaço envolvente ao edifício sede da Junta de Freguesia, com a execução de passeios em micro-cubo de granito foi, em reunião de Câmara de 12 de Novembro de 2009, deliberado reforçar a verba atribuída por deliberação de 23 de Abril de 2009 à Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos, com o montante de 101.137,00€, tendo sido celebrado em 16 de Novembro de 2009 o 1.º aditamento ao protocolo de delegação de competências assinado no dia 23 de Abril de 2009. Ainda em 2009, foi efectuado o auto de medição n.º 2 no valor de 77.687,77€, correspondente a trabalhos executados e medidos, ficando pendente a verba de 23.449,23€. Atendendo a que a Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos já concluiu a totalidade da obra, proponho que o montante remanescente, na importância de 23.449,23€, possa ser transferido para o corrente ano de 2011, a pagar à Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos, mediante a elaboração do respectivo auto de medição por parte do Departamento de Obras Municipais." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS EM SUPORTE DE PAPEL E PERGAMINHO E DESCRIÇÃO NORMALIZADA EM

BASE DE DADOS DA DOCUMENTAÇÃO DA COLEGIADA DE SANTA MARIA DA OLIVEIRA DE GUIMARÃES – RATIFICAÇÃO PELO ÓRGÃO EXECUTIVO – Presente a seguinte proposta da Chefe da Divisão de Arquivos: "Na sequência de dois procedimentos concursais por ajuste directo foram adjudicadas à empresa Beltrão Coelho Além Tejo, Lda., duas prestações de serviços, uma de "conservação e restauro de documentos manuscritos em suporte de papel e pergaminho" e a outra de "descrição normalizada em base de dados da documentação da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães". Estas prestações de serviços resultam do Protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Guimarães e o Arquivo Nacional Torre do Tombo, para a digitalização do Fundo da Colegiada de Santa Maria de Oliveira, aprovado em reunião de Câmara de 4 de Novembro de 2010. No entanto, e porque ao tempo não estava ainda clarificado se o tipo de contrato estava abrangido pela obrigatoriedade de parecer prévio do órgão executivo, de acordo com o disposto no art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, tal parecer não foi submetido à aprovação da Câmara Municipal. Em face do Orçamento de Estado para 2011, aprovado pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, passou a considerar-se que todas as prestações e aquisições de serviços de consultadoria técnica, nas áreas jurídica, de arquitectura, de engenharia e de informática, devem ser objecto de autorização prévia do Órgão Executivo, pelo que devem ser ratificados os despachos de 28 de Março de 2011, do Presidente da Câmara Municipal, que autorizou a abertura dos presentes procedimentos, considerando os seguintes elementos: a) O objecto dos contratos é prestações de serviços de "conservação e restauro de documentos manuscritos



em suporte de papel e pergaminho" e de "descrição normalizada em base de dados da documentação da Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães". b) A despesa anual estima-se em €16.935,00 e €15.000,00, respectivamente, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. c) As despesas têm cabimento orçamental na rubrica 020220, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação dos contratos foi o ajuste directo, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que será aplicada aos dois procedimentos a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE – RECTIFICAÇÃO DO VALOR DA DESPESA REFERENTE À OBRA DA "PISCINA MUNICIPAL DE MOREIRA DE CÓNEGOS" –

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Empreitadas: "Por deliberação da Câmara Municipal, datada de 21 de Abril de 2011, foi autorizada a celebração de contratos de prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para as seguintes empreitadas: "Requalificação do Pavilhão do INATEL"; "Requalificação e Beneficiação de Pavilhões Gimnodesportivos"; "Veiga de Creixomil – Caminho Variante e Caminho Real – Creixomil"; "Piscina Municipal de Moreira Cónegos"; "Drenagem de Águas Pluviais – Salgueiral"; "Infra-

estruturas no Lugar de Pinheiral da Fontinheira – Candoso S. Martinho”. Verifica-se ter havido lapso no valor da despesa referente à obra “Piscina Municipal de Moreira Cónegos”, ou seja, onde se lê 3.000€, deve ler-se 7.500€, alterando-se assim o valor da despesa total de 17.250,00€ para 21.750,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 07.01.03.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES

– Presente a seguinte proposta do Vereador César Machado: “O regime jurídico do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, encontra-se regulado no Decreto-Lei n.º 48/96 de 15 de Maio, alterado pelos Decretos-Leis nºs 126/96, de 10 de Agosto e 216/96, de 20 de Novembro, e ainda na Portaria n.º 153/96, de 15 de Maio. Na sequência da publicação destes diplomas legais foi aprovado pelo Executivo e Assembleia Municipais o Regulamento Municipal sobre Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, publicado através de edital de 11 de Março de 1999, que ainda se encontra em vigor. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 111/2010, de 15 de Outubro, foram alterados os artigos 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio, e revogados os n.ºs 6 e 7 do artigo 1.º e o n.º 3 do artigo 5.º, do mesmo diploma legal, tendo, ainda, sido revogada a Portaria n.º 153/96, de 15 de Maio. O citado Decreto-Lei n.º 111/2010 anuncia como objectivo adaptar os horários das grandes superfícies comerciais aos hábitos de consumo entretanto adquiridos pela população portuguesa, corrigir as distorções à concorrência, adequar estes horários aos



interesses e mercados locais e permitir uma intervenção mais assertiva e planeada dos órgãos do poder local nas estruturas de negócio existentes no seu território. Nos termos do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 111/2010, de 15 de Outubro, cabe aos órgãos autárquicos municipais elaborar ou rever os regulamentos sobre horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais. Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril, diploma que aprova o designado "licenciamento zero", torna-se também imperioso adaptar o Regulamento Municipal às novas soluções ali previstas quanto à matéria dos horários de funcionamento. Este Regulamento destina-se a concretizar algumas soluções definidas no diploma habilitante que circunscreve a possibilidade de actuação do Município às restrições relacionadas com razões de segurança ou de qualidade de vida dos cidadãos. Assim, parece excluída da regulamentação municipal a questão dos horários de funcionamento dos hipermercados aos Domingos e dias feriados, matéria que exorbita desta competência regulamentar. Já no que respeita aos estabelecimentos instalados em edifícios com habitação, parece imperioso assegurar mecanismos de equilíbrio que permitam conciliar os legítimos interesses empresariais com o direito ao descanso dos moradores, matéria claramente incluída nas preocupações respeitantes à qualidade de vida dos cidadãos. Deste modo, no uso dos poderes regulamentares conferidos às autarquias locais pelos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa, artigos 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo, e no âmbito das competências previstas nos artigos 10.º e 15.º da Lei n.º 2/2007, de 15 Janeiro, e nas alíneas a) e e) do n.º 2 do artigo 53.º conjugadas com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de

Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação do Projecto de Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços no Município do Guimarães que se junta em anexo como **doc. n.º 1**. Após aprovação do projecto de Regulamento pelo órgão executivo municipal serão ouvidas as associações sindicais, empresariais e do consumidor, as autoridades policiais e as Juntas de Freguesia, com vista a auscultar as suas posições relativamente ao diploma aqui proposto.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. Votou contra o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. -----

O Vereador André Coelho Lima solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse transcrita em acta:

Assim, perguntou a razão pela qual se considera estar excluída da regulamentação municipal a questão dos horários de funcionamento dos hipermercados, essencialmente porque, segundo disse, o DL nº 48/96, no seu artigo 3º, excluía expressamente esta matéria do âmbito da intervenção municipal, ao passo que o DL nº 111/2010, ao alterar o art. 3º do DL nº 48/96 removendo a parte do texto que excepcionava a situação das grandes superfícies, parece ter pretendido claramente incluir os horários de funcionamento dessas unidades no âmbito da regulamentação municipal, isto é, deixando de discriminar os hipermercados face a quaisquer outros estabelecimentos comerciais, sujeitando-os, tal como sucede com os restantes estabelecimentos municipais, a regulamentação municipal. Por isso, manifestou, “*não se compreende porque diz o texto da deliberação, sem o fundamentar, que «parece excluída da*



regulamentação municipal a questão dos horários de funcionamento dos hipermercados, matéria que exorbita desta competência regulamentar». Acrescentou que a regulamentação dos horários dos hipermercados deveria estar incluída no âmbito da regulamentação municipal, e isto, naturalmente, independentemente da posição que se tenha quanto a essa abertura aos domingos e feriados, manifestando que o PSD não será favorável a medidas que visem condicionar o mercado e discriminar estes estabelecimentos comerciais face aos demais. No entanto, manifestou o entendimento de que ainda que não devam ser discriminados substancialmente, os horários destes estabelecimentos são claramente objecto de regulamentação municipal. De seguida, apresentou ainda algumas propostas que solicitou fossem consideradas para a elaboração do regulamento sobre cujo projecto agora se delibera, designadamente, que deveria ser ponderado o aumento do horário de funcionamento previsto no art. 4º nº1 c), adaptando o horário de encerramento à prática real e efectiva, sob pena de serem criados regulamentos já com a expectativa de serem violados. Do mesmo modo, e relativamente ao artigo 5º do projecto de regulamento, foi sugerida uma alteração provisória e a título experimental (permitida pelo artigo 6º nº3 do projecto de regulamento), com o objectivo de avaliação prévia do seu impacto, na zona classificada como Património Cultural da Humanidade, sustentando que esta é a zona mais frequentada por turistas e ao mesmo tempo mais fruída pelos Vimaraneses, sendo também uma zona residencial que se pretende que continue a ser, e seja cada vez mais, pelo que *“o incentivo à vida nocturna e à atractividade do espaço tem que ser mesclado com o direito ao descanso dos moradores”*. No entanto, disse *“cremos que é errado o conceito de que a redução*

dos horários de funcionamento assegure essa tranquilidade, sucede muitas vezes precisamente o inverso, pois o encerramento força os clientes dos estabelecimentos a virem para o espaço público, aí sim criando perturbação e incómodo pela via do ruído, a quem pretenda descansar". Culminou, dizendo que "consideramos por isso que a alínea b) deste artigo 5º deve prever, a título experimental nos termos do artigo 6º nº3, um horário de funcionamento com encerramento às 03.00h, sob determinadas condições que devem ser experimentadas, como as seguintes que a título de exemplo referiremos: 1) Redução ou eliminação da projecção de som (obrigando inclusivamente à colocação de um limitador de som); 2) Obrigatoriedade de encerramento das portas a partir das 02.00h, mantendo-se o estabelecimento em funcionamento, e permitindo a entrada e saída de clientes, mas tendo que manter a encerrada". Em conclusão, disse que "esta medida, em nossa opinião, evita que sejam colocadas nas ruas um grande número de pessoas em simultâneo, que podem dessa forma perturbar a tranquilidade dos moradores, muito mais do que aquilo que farão se estiverem dentro dos estabelecimentos, na certeza que esta hora adicional permite a saída gradual e progressiva dos frequentadores destes estabelecimentos, ao invés de o ser em grandes grupos, contribuindo igualmente para o sossego no espaço público e para melhor fluir o trânsito pedonal na madrugada". -----

O Vereador José Manuel Torcato Ribeiro apresentou a seguinte declaração de voto: "Segundo o enunciado, o DL 111/2010 de 15 de Outubro tem como objectivo adaptar os horários das grandes superfícies comerciais aos hábitos de consumo entretanto adquiridos pela população portuguesa, corrigir as distorções à concorrência, adequar estes horários aos



interesses e mercados locais e permitir uma intervenção mais assertiva e planeada dos órgãos do poder local nas estruturas de negócio existentes no seu território. Nos termos do disposto no seu artigo 2º, cabe aos órgãos autárquicos municipais elaborar ou rever os regulamentos sobre horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais. Se assim é, não percebemos porque razão se afirma que exorbita da competência da câmara regulamentar os horários de funcionamento dos hipermercados aos Domingos e dias feriados. Será que a câmara abdica passivamente de poder conjugar os legítimos interesses dos consumidores e dos trabalhadores quanto à organização dos horários de trabalho, aos direitos à saúde e vida familiar e social, e portanto a ter horários de trabalho dignos que lhe permitam conciliar a vida profissional com a vida familiar? Sendo os trabalhadores a parte mais frágil da relação laboral, importa que o Município garanta condições para que estes possam usufruir de um tempo de lazer condigno na companhia da família, num período em que a maior parte das estruturas de apoio familiar, creches, infantários e ATL's, se encontram encerrados. É nossa obrigação criar as condições necessárias de forma a possibilitar um maior equilíbrio entre as diferentes actividades comerciais, não ignorando os interesses dos consumidores, garantindo a qualidade de vida dos cidadãos e a protecção de princípios básicos de funcionamento de uma sociedade que se quer equilibrada, activa e participante. É nossa obrigação valorizar o pequeno comércio local, evitando a desertificação do nosso centro urbano e histórico, minimizando o desequilíbrio entre este e as grandes superfícies comerciais. É também nossa obrigação estimular a criação de espaços temporais de descanso que suscitem a apetência para o usufruto da oferta cultural e dos espaços de convívio e de lazer

existentes. Considerando que a proliferação de grandes superfícies comerciais tem levado ao encerramento de muitas unidades do pequeno comércio, contribuindo para a desertificação das cidades e especialmente dos centros históricos, com efeitos nocivos na sua animação e efeitos perversos na segurança pública; Considerando que os efeitos das grandes superfícies no emprego é discutível e duvidoso quanto ao emprego criado, sempre menor do que anunciado e prometido, com o número de postos de trabalho criado a não compensar – ou mal compensar – o número de postos de trabalho extinto, com a agravante de a qualidade do emprego criado ser pior que a do emprego sacrificado, mais precariedade e piores salários; Considerando que devemos manter a herança cultural que há muitos anos nos ensinou que o domingo é para descansar; Propomos que ao Projecto de Regulamento no seu Artº 4º alínea a) deve ser acrescentado: ..., **as grandes superfícies comerciais contínuas que terão o seguinte horário de funcionamento: todos os dias da semana com abertura às 08.00 horas e encerramento às 24.00 horas, excepto nos meses de Janeiro a Outubro, aos domingos e feriados com abertura às 08.00 horas e encerramento às 13.00 horas. Encerramento nos dias 25 de Abril, Páscoa, 1º de Maio, Dia de Natal e Dia de Ano Novo.** A não consideração dos aditamentos acima sugeridos merece da minha parte reservas suficientes para que o voto seja negativo.” -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo 2.º – Capítulo I, Anexo III, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com



informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo 2.º – Capítulo I, Anexo III, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DE GEOGRAFIA E PLANEAMENTO DA UNIVERSIDADE DO MINHO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte informação dos serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A Associação de Estudantes de Geografia e Planeamento da Universidade do Minho solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para o dia 21 de Junho para efectuar o transporte dos participantes no I Simpósio de Pesquisa em geografia, que se irá realizar nos dias 20 e 21 de Junho na Universidade do Minho, em Guimarães. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, submete-se à aprovação do executivo camarário a cedência do transporte solicitado, bem como o pagamento de

ajudas de custo e de trabalho extraordinário aos motoristas oportunamente a designar.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS – XVIII GRANDE PRÉMIO DE ATLETISMO DE SERZEDO – ATRIBUIÇÃO DE TROFÉUS –

Presente a seguinte proposta: “A Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais, em colaboração com o Corpo Nacional de Escutas, Grupo Cultural e Desportivo de Serzedo, Associação de Pais da EB1 de Serzedo e um grupo informal de cidadãos de Serzedo, vai promover o XVIII Prémio de Atletismo de Serzedo no próximo dia 1 de Maio, prova que contará com cerca de 350 atletas. A organização solicitou o habitual apoio municipal com a oferta dos troféus a atribuir aos vencedores dos vários escalões em competição. Considerando o interesse na dinamização da actividade desportiva e a sua descentralização, coloco à ratificação o meu despacho que deferiu a oferta de três troféus, cujos encargos de aquisição orçaram em 105,00€ (cento e cinco euros), ao abrigo do nº 6 do artigo 2º do Regulamento de atribuição de subsídios às entidades culturais, artísticas, recreativas e humanitárias de Guimarães.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 02.01.15. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO – FESTA DO PADROEIRO S. CRISTÓVÃO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Selho S. Cristóvão solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa do Padroeiro S. Cristóvão, a realizar entre os próximos dias 13 e 15 de Maio. Propõe-se a atribuição de



um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €32,77 (trinta e dois euros e setenta e sete cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

A cidadã **Maria Josefina Fonseca**, moradora na Rua Fernão Magalhães, nº 71, no Salgueiral, em Creixomil (Guimarães), denunciou uma situação que disse tornar-se insustentável com o barulho provocado por máquinas de confecção de calçado a trabalhar constantemente nas imediações da sua residência, provocando um ruído ensurdecedor, que não permite o seu descanso e o da sua família. Sobre esta intervenção, o **Presidente da Câmara** disse compreender o problema, recordando, todavia, que este processo tem sido acompanhado, para além da Câmara Municipal, pelas entidades competentes – Governo Civil, Delegação de Saúde, Universidade do Minho e Autoridade de Segurança Alimentar e Económica. -----

PELAS ONZE HORAS E QUARENTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----